

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.303 - SP (2019/0297324-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PAULO EDUARDO CAMPELLO HENRIQUE
ADVOGADO : PAULO EDUARDO CAMPELLO HENRIQUE - SP363041
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERIVAN CAIO OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **ERIVAN CAIO OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do crime de associação para o tráfico.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* junto à Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que a decisão que decretou a prisão preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 baseou-se em argumentos genéricos, não estando presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP. Afirma que o paciente conseguiu liberdade provisória por meio de *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, no qual se questionou a prisão preventiva - com base nos mesmos argumentos genéricos - pela prática do crime de tráfico (delito mais grave apurado em outros autos), assim não se justifica a manutenção da custódia cautelar no presente caso.

Pleiteia, em sede de liminar, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em liberdade, até a análise do mérito deste *writ*.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, o envio da decisão que decretou a prisão preventiva e informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

